

MEMÓRIA E IDENTIDADE TERRITORIAL E OS DESAFIOS DAS MULHERES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MALHADINHA EM BREJINHO DE NAZARÉ - TO

Jovina dos Reis Neto

Suzanne Paranhos Matos
matosarq@yahoo.com.br

Elizeu Ribeiro Lira
liraelizeu@mail.uft.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação das mulheres da Comunidade Quilombola Malhadinha (localizada no município de Brejinho de Nazaré, TO), a partir da valorização da memória e de sua relação com a construção da identidade territorial e cultural local. A pesquisa foi fundamentada em uma abordagem qualitativa, com ênfase na observação participante, entrevistas semiestruturadas e pesquisa bibliográfica. A análise evidenciou que as mulheres exercem papel central na transmissão de saberes ancestrais, práticas culturais, e valores comunitários, assumindo funções que transcendem o ambiente doméstico e se estendem à organização social, religiosa e produtiva da comunidade. Apesar das múltiplas contribuições, elas ainda enfrentam desafios estruturais relacionados à invisibilidade, à sobrecarga de trabalho e à carência de políticas públicas. A investigação também reforça a importância da memória como instrumento de resistência, uso do território e continuidade identitária das comunidades quilombolas.

Palavras-chave: Memória. Identidade territorial. Mulheres quilombolas. Comunidade tradicional. Cultura.

ABSTRACT

This study aims to analyze the role of women in the Quilombola Community of Malhadinha, located in the municipality of Brejinho de Nazaré, state of Tocantins, based on the appreciation of memory and its relationship with the construction of territorial and cultural identity. The research is grounded in a qualitative approach, emphasizing participant observation, semi-structured interviews, and bibliographic research. The analysis revealed that women play a central role in transmitting ancestral knowledge, cultural practices, and community values, assuming functions that go beyond the domestic environment and extend to the social, religious, and productive organization of the community. Despite their multiple contributions, they still face structural challenges related to invisibility, work overload, and the lack of public policies. The research also reinforces the importance of memory as an instrument of resistance, use of territory, and identity continuity of quilombola communities.

Keywords: Memory. Territorial identity. Quilombola women. Traditional community. Culture.

1 INTRODUÇÃO

A memória constitui uma das mais significativas formas de transmissão cultural em comunidades tradicionais. Ela resguarda valores, saberes, práticas e modos de vida que, muitas vezes, não estão registrados em documentos formais, mas sobrevivem pela narrativa dos mais velhos, pelas histórias contadas e recontadas cotidianamente. Nas comunidades quilombolas, esse patrimônio imaterial assume papel central na preservação da identidade cultural, sendo uma ferramenta de resistência e continuidade histórica frente às pressões externas e às transformações sociais contemporâneas.

Durante o período colonial brasileiro, milhões de africanos foram capturados e trazidos para o Brasil como mão de obra escravizada. Ao longo dos séculos, como forma de resistência à opressão, muitos desses indivíduos fugiram dos engenhos e fazendas e formaram comunidades autônomas em regiões de difícil acesso: os quilombos.

Esses espaços tornaram-se territórios de liberdade, onde as populações negras reconstruíram formas próprias de organização social, espiritualidade, trabalho e cultura, muitas delas sustentadas pela oralidade. A luta pela preservação da identidade e da memória coletiva, desde então, tem sido um traço marcante dessas comunidades.

A Comunidade Quilombola Malhadinha, situada no município de Brejinho de Nazaré, no estado do Tocantins, é um exemplo emblemático dessa realidade. Com raízes fincadas na ancestralidade africana e marcada por uma trajetória de resistência, essa comunidade enfrenta desafios para manter viva a memória de sua origem, suas práticas tradicionais, modos de vida e valores coletivos.

Um aspecto de destaque nesse contexto é a atuação das mulheres quilombolas, que, ao longo do tempo, têm desempenhado papel relevante na preservação cultural, na construção simbólica do território e na formação da identidade comunitária. No entanto, esse protagonismo ainda é invisibilizado por narrativas históricas hegemônicas que silenciam suas vozes e experiências.

A presente pesquisa propõe refletir sobre o impacto da perda da memória oral na constituição da identidade cultural da Comunidade Quilombola Malhadinha, com ênfase na parti-

cipação das mulheres e nos desafios que enfrentam em seus cotidianos. Ao considerar a história de vida, as práticas e os saberes dessas mulheres, busca-se compreender como se dá a transmissão de valores culturais e de pertencimento, a partir de uma abordagem interdisciplinar, que une história, cultura afro-brasileira e perspectiva de gênero.

O problema central que impulsiona esta pesquisa refere-se à invisibilidade da contribuição feminina na construção da identidade cultural quilombola e à ameaça constante de apagamento das memórias orais, que constituem a base da transmissão dos saberes tradicionais da Comunidade Malhadinha.

Diante das transformações sociais, econômicas e culturais que afetam as comunidades tradicionais, torna-se essencial compreender como as práticas culturais, os relatos e a participação das mulheres influenciam a construção simbólica do território e da identidade coletiva, e de que modo essas narrativas têm sido preservadas ou silenciadas ao longo do tempo.

A ausência de registros escritos sobre as origens e a trajetória da comunidade, associada à desvalorização dos saberes ancestrais, evidencia uma lacuna que precisa ser preenchida não apenas pela academia, mas também por iniciativas que fortaleçam o reconhecimento do papel das mulheres negras e quilombolas como guardiãs da história, da cultura e da identidade local. O texto busca, portanto, contribuir para essa valorização, documentando e analisando as experiências e os desafios enfrentados por essas mulheres, com vistas à preservação da memória coletiva e à valorização da diversidade cultural afro-brasileira.

Dessa forma, o objetivo geral é trazer o debate da perda da memória oral e suas reflexões negativa na construção da identidade cultural da Comunidade Quilombola Malhadinha, com ênfase na participação e nos desafios enfrentados pelas mulheres ao longo do tempo. Os objetivos específicos são investigar como as práticas culturais transmitidas hereditariamente influenciam na construção da identidade da Comunidade Quilombola Malhadinha; compreender os desafios específicos enfrentados pelas mulheres negras e quilombolas na preservação de suas raízes culturais; avaliar os riscos enfrentados pela comunidade diante do possível desaparecimento cultural com o distanciamento das novas gerações; contribuir para o conhecimento acadêmico sobre práticas culturais afro-brasileiras em contextos quilombolas. Para alcançar tais objetivos, foi realizado uma abordagem qualitativa, com base em métodos da história oral, pesquisa etnográfica e análise documental e aplicação de entrevistas semiestruturadas com moradores da comunidade, especialmente com mulheres, além de observação participante e grupos focais.

Também foi realizado levantamento bibliográfico e documental, buscando contextualizar historicamente a comunidade e suas práticas culturais. A análise dos dados foi realizado por

meio da identificação de narrativas recorrentes e de elementos simbólicos que contribuam para a compreensão da construção identitária da comunidade.

A relevância desta pesquisa reside no compromisso com a preservação da memória e da identidade de uma comunidade tradicional, cuja história é frequentemente negligenciada nos registros oficiais e nas narrativas acadêmicas. Ao lançar luz sobre as práticas culturais da Comunidade Quilombola Malhadinha, com ênfase na experiência das mulheres, este trabalho contribui para o reconhecimento da diversidade cultural brasileira e para o fortalecimento das vozes historicamente silenciadas. A valorização da oralidade, enquanto ferramenta de resistência e transmissão de saberes, é um passo essencial para a reconstrução de uma memória coletiva viva, crítica e politicamente ativa.

Além disso, entendemos que pesquisas sobre mulheres quilombolas possui relevância social ao propor-se como instrumento de empoderamento comunitário e de apoio a compreensão de políticas públicas voltadas à proteção do patrimônio territorial imaterial afro-brasileiro.

Compreender os desafios enfrentados pelas mulheres quilombolas na manutenção de suas tradições, possibilita a construção de estratégias mais eficazes para a valorização de suas trajetórias, bem como para a inclusão de suas vozes nos processos de decisão que afetam seus territórios.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A memória como patrimônio imaterial

A memória constitui um dos principais mecanismos de transmissão e preservação da cultura em comunidades tradicionais, especialmente naquelas historicamente excluídas dos meios formais de produção do conhecimento. Por meio da oralidade, conhecimentos, práticas, valores e experiências coletivas são passados de geração em geração, mantendo viva a identidade de grupos sociais que, muitas vezes, enfrentam processos sistemáticos de silenciamento.

No caso das comunidades quilombolas, a memória oral representa uma ferramenta essencial na construção do pertencimento e da resistência simbólica frente às tentativas históricas de apagamento cultural.

A oralidade não se restringe apenas à transmissão de informações, mas atua como um processo dinâmico de reconstrução e atualização da memória coletiva. Segundo Santos (1996), a cultura se manifesta por meio de expressões diversas — linguagem, crenças, rituais — e é constantemente reatualizada pelas práticas sociais. A memória oral, nesse sentido, torna-se um instrumento por meio do qual as comunidades reconstroem suas narrativas a partir da própria vivência, criando um território simbólico que fortalece a identidade coletiva.

Fiabani (2005) ressalta que, para as comunidades remanescentes de quilombo, o reconhecimento constitucional do direito à terra e à identidade étnica significou também a legitimação das narrativas construídas pela oralidade. Sem esse reconhecimento, muitos desses grupos permaneceriam relegados à condição de “segmentos sociais étnicos em luta pela terra”, sem o devido reconhecimento histórico. A valorização da oralidade, portanto, está intrinsecamente relacionada à afirmação de direitos e à consolidação de uma identidade cultural quilombola.

Nesse processo, as mulheres têm desempenhado um papel central, especialmente no que diz respeito à manutenção dos saberes ancestrais. Dealdina (2020) destaca que as mulheres quilombolas são guardiãs da memória coletiva, transmitindo às novas gerações conhecimentos sobre religiosidade, culinária, curas tradicionais, formas de trabalho e organização comunitária. Essa transmissão oral não apenas preserva as tradições, mas ressignifica o papel da mulher negra na sociedade contemporânea, valorizando sua atuação como protagonista histórica.

Além disso, segundo Pereira, Allegretti e Magalhães (2022), a memória oral feminina guarda as marcas das lutas e dores compartilhadas, criando redes de sororidade e resistência. As mulheres quilombolas constroem narrativas que desafiam o apagamento histórico e reivindicam reconhecimento a partir de suas próprias experiências. Ao articular o passado com o presente, essas narrativas reforçam a continuidade cultural e o senso de pertencimento à comunidade.

A memória também é uma dimensão do território simbólico, pois está ligada aos espaços em que a vida comunitária se desenrola. Raffestin (1993) e Milton Santos (2000) argumentam que o território não se resume à materialidade do espaço físico, mas também inclui dimensões simbólicas, afetivas e culturais. A fala, os rituais, os cantos e as histórias fazem parte desse território e contribuem para sua significação. Assim, preservar a oralidade significa também preservar o território quilombola em seu sentido mais amplo.

Pires e Oliveira (2006) reforçam a importância das sociabilidades negras na constituição dessas memórias orais. Para os autores, a oralidade é um dos elementos estruturantes das relações sociais nas comunidades negras, funcionando como canal privilegiado de formação identitária. Nessas comunidades, a fala e a escuta não apenas transmitem informações, mas constroem laços de solidariedade, redes de apoio e estratégias de resistência frente às desigualdades históricas.

Fiabani (2007) destaca que a memória oral, ao dar visibilidade às histórias de vida e às trajetórias das comunidades quilombolas, permite a ressignificação da história oficial, muitas vezes construída a partir da ótica dos dominadores. Essa contraposição entre a narrativa oficial

e a memória coletiva é fundamental para a valorização da história dos oprimidos, como propõe também Reis e Gomes (2000), ao discutirem o papel dos quilombos na história do Brasil. Segundo os autores, os quilombos devem ser compreendidos como espaços de liberdade e produção de cultura, cujas histórias merecem ser narradas com centralidade.

No caso da Comunidade Quilombola Malhadinha, a memória oral é o fio condutor que conecta gerações, práticas e símbolos. A ausência de registros escritos formais torna a oralidade ainda mais essencial para a preservação da identidade cultural do grupo. Pessoa (1999) já advertia que as populações camponesas e tradicionais desenvolvem formas próprias de conhecimento e expressão, que muitas vezes escapam aos modelos acadêmicos convencionais. Valorizar essas formas de saber é reconhecer sua legitimidade e seu poder político e cultural.

Em síntese, a memória nas comunidades quilombolas, e especialmente na Malhadinha, é mais do que um recurso comunicativo: é um patrimônio imaterial essencial para a preservação da identidade, da cultura e da história. Ao ser incorporada como elemento central nesta pesquisa, a oralidade permite resgatar vozes silenciadas, reconhecer trajetórias invisibilizadas e fortalecer os vínculos entre passado, presente e futuro.

2.2 Identidade cultural e território nas comunidades quilombolas

A identidade cultural é constituída por processos históricos, sociais e simbólicos que articulam memória, território e pertencimento. No contexto das comunidades quilombolas, essa identidade é continuamente reconstruída a partir das experiências coletivas de resistência, dos saberes tradicionais e da vivência no território ancestral. A relação com o território é, portanto, central na afirmação identitária dessas comunidades, pois não se trata apenas de um espaço geográfico delimitado, mas de um lugar carregado de significados, histórias e afetos.

Segundo Haesbaert (2004), o território deve ser compreendido não apenas como extensão física ou posse legal, mas como um espaço vivido, praticado e simbólico. No caso das comunidades quilombolas, o território é espaço de pertencimento, mas também de luta e memória. A construção identitária desses grupos é inseparável da terra que ocupam, pois nela se materializam os vínculos sociais, culturais e espirituais que sustentam sua continuidade enquanto povo. Como afirma Milton Santos (2000), o território é uma instância que articula técnica, política e cultura, sendo, nas comunidades tradicionais, um elemento fundamental para sua reprodução social.

A identidade quilombola não é estática, tampouco homogênea. Fiabani (2008) observa que a afirmação étnica nas comunidades remanescentes de quilombo é resultado de processos

históricos de resistência à marginalização e ao racismo estrutural. Essa identidade se manifesta nas práticas cotidianas, na oralidade, nos rituais religiosos, na agricultura tradicional, na organização comunitária e nas formas de sociabilidade. Para Pires e Oliveira (2006), as sociabilidades negras constroem uma identidade pautada na ancestralidade africana e na partilha de experiências comuns, que ressignificam o passado escravocrata e projetam um futuro baseado na solidariedade e na valorização cultural.

A construção do território simbólico quilombola está diretamente relacionada à memória coletiva, à espiritualidade e à continuidade das práticas tradicionais. Dealdina (2020) enfatiza que a identidade cultural das mulheres quilombolas, por exemplo, é marcada por sua atuação como guardiãs do território — tanto no sentido material quanto imaterial. Elas preservam não apenas o espaço físico, mas também os saberes, as crenças e os modos de vida que sustentam a comunidade. Essa dimensão territorial da identidade reforça a importância de políticas públicas que reconheçam o território como espaço de direito cultural e não apenas fundiário.

Raffestin (1993) propõe compreender o território como uma construção social baseada nas relações de poder. Esse olhar é essencial para pensar as comunidades quilombolas, cujos territórios são frequentemente ameaçados por grileiros, grandes projetos e pela ausência do Estado. O reconhecimento territorial, nesse caso, é também reconhecimento identitário. O território quilombola é, como destaca Santos (2001), um espaço de resistência ativa, onde o passado se atualiza continuamente nas práticas sociais e culturais.

As contribuições de Stuart Hall (2003) também são relevantes para compreender a identidade como processo: nunca é fixa, mas construída por meio de representações, conflitos e negociações simbólicas. Nas comunidades quilombolas, essa construção identitária se dá em constante diálogo com o racismo, o apagamento histórico e as tentativas de assimilação. A resistência, nesse sentido, é também simbólica: manter vivas as expressões culturais, os ritos, as línguas e as memórias é afirmar a própria existência.

No caso da Comunidade Quilombola Malhadinha, o território é mais do que o espaço físico onde os moradores vivem; é o lugar onde se inscrevem suas lutas, suas histórias e seus vínculos afetivos. É onde se constroem, diariamente, práticas identitárias que articulam ancestralidade, coletividade e pertença. Preservar esse território é, portanto, preservar também a identidade de um povo.

2.3 A mulher quilombola e sua atuação histórica e cultural

Historicamente, a mulher negra e quilombola foi silenciada pelas narrativas oficiais e pela historiografia tradicional, sendo retratada ora como objeto de exploração, ora como figura secundária nos processos sociais. No entanto, no interior das comunidades quilombolas, as mulheres sempre desempenharam papéis centrais na preservação da memória, das práticas culturais e da resistência coletiva. Sua atuação transcende o espaço doméstico, projetando-se na organização comunitária, na agricultura, nos rituais religiosos e, principalmente, na manutenção da identidade cultural.

Segundo Dealdina (2020), as mulheres quilombolas não apenas resistem às opressões de raça, classe e gênero, mas também constroem territórios de existência a partir da valorização de seus saberes ancestrais. Elas são as principais transmissoras da oralidade, da culinária tradicional, do cuidado com o corpo e a espiritualidade, elementos que compõem a base cultural dessas comunidades. Nesse sentido, a atuação da mulher quilombola é também uma forma de educação comunitária, pois ela media o passado e o futuro por meio da palavra, da prática e da vivência.

Para Carneiro (2003), a mulher negra está no centro da formação histórica do Brasil, embora permaneça invisibilizada pelas estruturas sociais e acadêmicas. Ao pensar especificamente no contexto quilombola, essa invisibilidade é ainda mais acentuada, uma vez que o protagonismo das mulheres nesses espaços tem sido sistematicamente ignorado pelas políticas públicas e pela produção de conhecimento. É necessário, portanto, romper com essa lógica e reconhecer as mulheres quilombolas como agentes políticas, educadoras populares, curadoras e líderes espirituais em suas comunidades.

Pereira, Allegretti e Magalhães (2022) apontam que o corpo da mulher quilombola carrega marcas profundas de violências históricas, mas também de potências afetivas, espirituais e políticas. A construção da sororidade entre essas mulheres é uma forma de resistência coletiva, que fortalece laços e gera estratégias de enfrentamento ao racismo, ao sexismo e à pobreza. Em suas práticas cotidianas, revelam-se modos de habitar o mundo que desafiam a lógica capitalista, patriarcal e colonial.

Na perspectiva de Hooks (1995), pensar a mulher negra fora do discurso da submissão é essencial para entender as formas de resistência que ela mobiliza em sua existência. Isso é visível nas comunidades quilombolas, onde as mulheres reinventam suas práticas com base na ancestralidade, mas também adaptam-se às exigências contemporâneas sem romper com suas raízes. Sua atuação é, portanto, marcada pela criatividade política e pela força simbólica de quem produz cultura e transforma a realidade ao seu redor.

A centralidade da mulher quilombola na organização do território é também destacada por Fiabani (2008), ao apontar que as práticas comunitárias de resistência são sustentadas, em grande medida, pelas mulheres que mantêm os saberes e os fazeres coletivos. Seja no cultivo tradicional, na realização de festas religiosas ou na proteção de áreas de uso comum, essas mulheres são protagonistas de um modo de vida que resiste à desintegração cultural. No caso da Comunidade Malhadinha, essa realidade é visível no papel das mulheres mais velhas como guardiãs da memória e das tradições, e das mais jovens como continuadoras desse legado.

O processo de territorialização da identidade feminina quilombola é, conforme Santos (2001), uma expressão da luta pelo reconhecimento cultural e simbólico. Essas mulheres, ao ocuparem os espaços comunitários, ressignificam a noção de território não apenas como espaço físico, mas como lugar de afeto, pertencimento e continuidade histórica. Essa relação com o território reforça sua identidade e posiciona sua existência como resistência viva às violências estruturais.

Ainda segundo Pires e Oliveira (2006), as relações sociais estabelecidas dentro das comunidades negras são profundamente marcadas pela centralidade da mulher enquanto elo entre gerações. Sua liderança, muitas vezes silenciosa, sustenta o tecido social da comunidade, garantindo que as práticas culturais resistam ao tempo e às adversidades. São essas mulheres que, por meio da oralidade, da prática agrícola, dos ritos religiosos e das celebrações comunitárias, garantem a continuidade da cultura quilombola.

A valorização da mulher quilombola, portanto, é uma exigência ética, política e epistemológica. Ao reconhecer sua atuação histórica e cultural, não se trata apenas de fazer justiça simbólica, mas de construir outras formas de produzir conhecimento que rompam com a colonialidade do saber e da ciência. A mulher quilombola é portadora de uma sabedoria ancestral que precisa ser ouvida, respeitada e incorporada às políticas públicas, à escola e à universidade. Seu protagonismo é, sobretudo, um ato de afirmação da vida.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, fundamentada na compreensão dos sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas experiências culturais. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca a profundidade da compreensão de fenômenos sociais, valorizando o contexto e a subjetividade. Assim, a investigação priorizou os sentidos construídos pela comunidade quilombola de Malhadinha em torno da memória oral, da identidade cultural e da atuação das mulheres.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de embasar teoricamente os principais conceitos da pesquisa — memória oral, território, identidade e cultura afro-brasileira — utilizando autores como Fiabani (2005, 2008), Pires e Oliveira (2006), Dealdina (2020), entre outros. Essa etapa permitiu construir uma base conceitual sólida para a análise dos dados de campo e para o diálogo com as vozes dos sujeitos envolvidos.

Na etapa de campo, adotou-se a observação participante, estratégia metodológica que possibilita ao pesquisador envolver-se diretamente com o cotidiano dos sujeitos investigados. De acordo com Lüdke & André (1986), essa prática permite compreender os significados atribuídos às ações, aos espaços e às relações sociais. A presença do pesquisador na comunidade contribuiu para o fortalecimento da confiança entre os interlocutores, favorecendo o acesso a experiências e saberes que dificilmente seriam captados por outros meios.

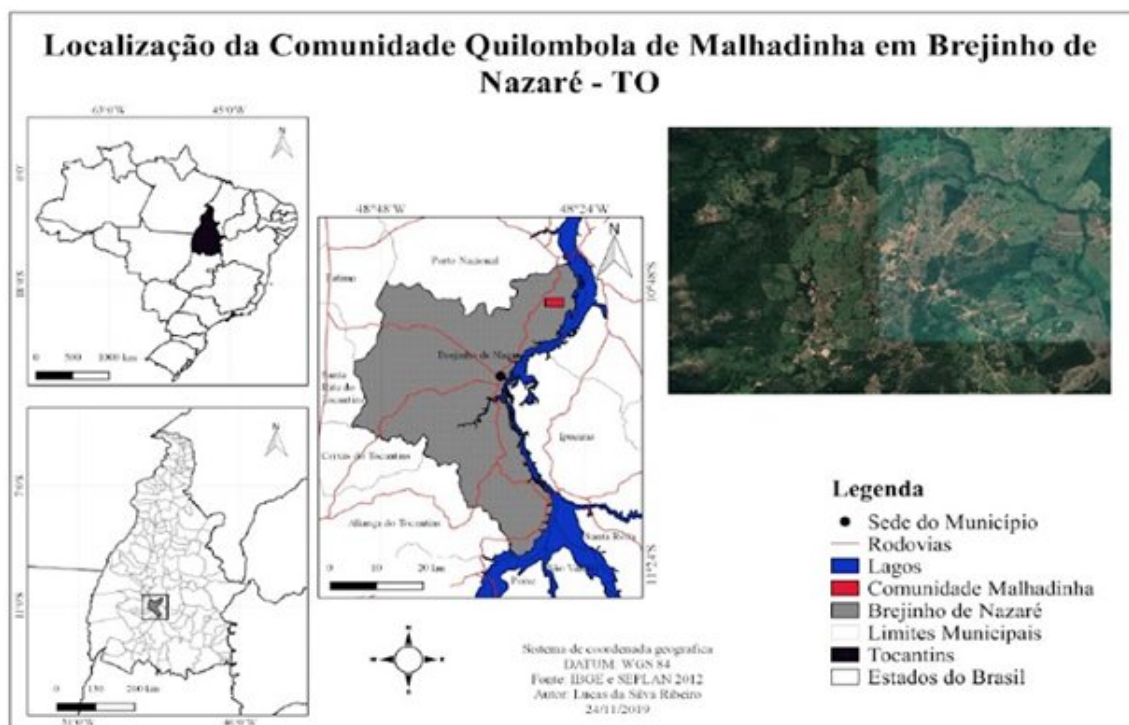
Complementando a observação, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com membros da Comunidade Quilombola Malhadinha, especialmente com mulheres reconhecidas como referências na transmissão da cultura local.

Conforme Triviños (2008), a entrevista semiestruturada oferece flexibilidade ao pesquisador, permitindo que novos temas emergentes sejam explorados durante a fala do entrevistado, sem perder o foco nos objetivos centrais da pesquisa. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas por meio da identificação de categorias temáticas recorrentes, relacionadas à construção da identidade, práticas culturais e desafios enfrentados pelas mulheres.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Comunidade Quilombola de Malhadinha está situada no município de Brejinho de Nazaré, no estado do Tocantins, região Norte do Brasil, veja a figura 1. De acordo com os mapas de localização e imagem de satélite, a comunidade encontra-se em uma área de entorno rural, próxima ao lago formado pela Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, o que influencia diretamente nas dinâmicas territoriais e nas atividades socioeconômicas locais. Brejinho de Nazaré pertence à microrregião de Porto Nacional e se destaca por abrigar comunidades tradicionais, como Malhadinha, que têm buscado preservar sua identidade cultural, sua memória histórica e seu direito à terra.

Figura 1 – Localização da Comunidade Quilombola de Malhadinha.



Fonte: Elaborado por Neto, Reis (2025).

A área ocupada pela comunidade está geograficamente inserida entre formações vegetais típicas do Cerrado e margens de cursos d'água, o que proporciona uma diversidade ambiental significativa. Conforme demonstrado na cartografia, a comunidade está inserida nos limites territoriais do Tocantins, com acesso por rodovias que a conectam a cidades vizinhas.

A presença da comunidade é historicamente marcada por processos de resistência, ocupação ancestral e manutenção de práticas culturais de matriz africana. Sua localização estratégica evidencia tanto o isolamento relativo quanto a importância da relação com o território para a afirmação identitária e a sustentabilidade sociocultural da população quilombola local. A figura 2 demonstra mulher quilombola realizando atividades de limpeza no quintal comunitário. A figura 3 demonstra fachada de uma casa de taipa com arquitetura típica a comunidade. A figura 4 demonstra moradia tradicional de taipa de moradores na Comunidade Quilombola Malhadinha.

Figura 2 - - Mulher quilombola realizando atividades de limpeza no quintal comunitário



Fonte: Elaborado por Neto, (2025).

Figura 3 - Fachada de uma casa de taipa com arquitetura típica da comunidade



Fonte Elaborado por Neto, (2025).

Figura 4 - Moradia tradicional de taipa com moradores na Comunidade Quilombola Malhadinha



Elaborado por Neto, (2025).

As mulheres da Comunidade Quilombola Malhadinha exercem um papel fundamental na geração de renda, na preservação cultural e na manutenção dos saberes tradicionais. Elas atuam diretamente na produção de farinha, rapadura, polpas de frutas e doces típicos, utilizando produtos oriundos da roça, como mandioca, cana-de-açúcar, batata, milho, arroz, feijão, quiabo e hortaliças diversas. Parte da produção é comercializada por meio de programas institucionais de compra direta, como os que abastecem escolas da rede pública, embora os nomes específicos não tenham sido informados com precisão.

Além do trabalho produtivo, essas mulheres são responsáveis pelos cuidados com os filhos e pelas atividades domésticas, acumulando múltiplas funções no cotidiano. Muitas delas também participam ativamente da associação comunitária, como é o caso da senhora Marlene Araújo, que foi presidente por quatro anos, e de Magnólia Cezar, signatária do documento de autodeclaração que reconhece oficialmente Malhadinha como território quilombola. Atualmente, a presidência da associação é exercida por José Ribeiro de Souza Neto e outras lideranças locais incluem Elenir Ribeiro, Paulo Ribeiro, Ariadne Cezar e Juraci.

As práticas culturais tradicionais ainda resistem, especialmente nas festividades do Divino Espírito Santo, quando as mulheres se dedicam à produção de bolos, biscoitos, bolos de arroz e “quebrador” - doce típico oferecido aos foliões. Também preservam saberes antigos por

meio das rezas, benzeções, artesanato e contos passados oralmente pelos mais velhos. Contudo, há uma preocupação crescente com o enfraquecimento da transmissão desses conhecimentos para as gerações mais jovens, que, segundo as moradoras, têm demonstrado menor interesse em manter os costumes e tradições da comunidade.

Atualmente, Malhadinha possui cerca de 480 habitantes e ganhou visibilidade por meio de eventos como os quilombolas - festividade cultural e esportiva que ocorre entre os meses de agosto e setembro. As moradias também passaram por mudanças significativas: antigas casas de adobe foram gradualmente substituídas por construções de alvenaria, acompanhando as transformações sociais da comunidade. Ainda assim, muitas famílias preservam relíquias dos antepassados, como forma de manter viva a memória coletiva. As mulheres, nesse contexto, permanecem como guardiãs dos “sabores e saberes” que sustentam a identidade quilombola local. Afigura 5 a seguir, demonstra moradora de Malhadinha lavando mandioca para produção de farinha. E quadro 1 demonstra os produtos feitos pelas mulheres quilombolas como doces, ervas e iguarias produzidos na comunidade.

Figura 5 - Moradora de Malhadinha lavando mandioca para produção de farinha



Elaborado por Neto, (2025).

Quadro 1 – Pratos, doces, ervas e iguarias produzidos na comunidade

Raízes e tubérculos	mandioca, batata-doce, inhame, cará
Carnes	frango, porco, bovina (criada solta) e caças do mato.
Peixes	Bagre, surubim, piabanha, piau, pacu, caranha, piapara, dourado, etc.
Frutos do cerrado	Buriti, pequi, manga, banana, caju, bacaba, Buritirana, coco, piaçava, murici, mangaba, puçá, jatobá, araçá, cagaita, pitomba, etc.
Ervas e temperos	Pimenta-de-cheiro, do reino, coentro, hortelã, alecrim, gengibre, cebola de folha, manjerição, açafraão, alho.
Pratos típicos	Baião de dois, arroz com feijão-verde, maria Izabel com carne de sol, Pirão de peixe, paçoca com farinha e carne de sol, cuscuz, pamonha.
Doces	Buriti, caju, mangaba, goiaba, pé de moleque, pé rachado, doce de leite, murici, rapadura de cana de açúcar.
Licores	Buriti, de tucum, de murici, de jenipapo, de pequi, de maracujá.

Fonte: Elaborado por Ribeiro e Dos Reis, (2023).

A observação participante foi realizada com o objetivo de compreender, *in locus*, as dinâmicas culturais, sociais e cotidianas da Comunidade Quilombola Malhadinha, situada no município de Brejinho de Nazaré-TO. Os principais parâmetros observados foram: a presença e atuação das mulheres nas atividades coletivas da comunidade; as manifestações culturais que revelam aspectos da identidade quilombola; as formas de transmissão da memória oral entre gerações e os desafios enfrentados pelas mulheres no cotidiano comunitário.

A observação ocorreu durante visitas previamente acordadas com lideranças locais e buscou respeitar os ritmos e protocolos da comunidade, priorizando momentos de interação espontânea, como rodas de conversa, reuniões, atividades domésticas e agrícolas.

Foi possível perceber que as mulheres desempenham um papel central na organização social da comunidade. Elas estão diretamente envolvidas na preparação de alimentos coletivos, no cuidado com as crianças, na prática da agricultura de subsistência e, sobretudo, na preservação das tradições orais e religiosas. Durante as interações, observou-se a valorização dos relatos das mais velhas, frequentemente procuradas pelas mais jovens para ouvir histórias sobre a origem da comunidade, os saberes de cura, os cantos tradicionais e os conselhos de vida. A oralidade se revelou como um elo poderoso entre gerações, fortalecendo o senso de pertencimento e a continuidade cultural.

Também foi notável a sobrecarga de tarefas enfrentada por essas mulheres, que acumulam funções domésticas, comunitárias e, muitas vezes, produtivas, enfrentando com resistência

e dignidade os impactos da ausência de políticas públicas efetivas. Essa vivência direta permitiu registrar, com sensibilidade e profundidade, os modos como a identidade cultural é construída no cotidiano e o quanto as mulheres são protagonistas desse processo, mesmo diante de invisibilizações históricas e desafios estruturais.

As entrevistas realizadas com três moradoras da Comunidade Quilombola Malhadinha revelaram aspectos fundamentais sobre o papel das mulheres na preservação da memória oral e na manutenção da identidade cultural local. Embora a abordagem fosse semiestruturada, as falas espontâneas permitiram captar com profundidade as experiências, saberes e percepções dessas mulheres em relação ao passado, ao presente e ao futuro de sua comunidade. A seguir, são destacados trechos representativos das respostas, acompanhados de reflexões.

Em relação à origem da comunidade, as mulheres relataram que os conhecimentos foram adquiridos por meio de relatos dos mais velhos, reafirmando a centralidade da oralidade como veículo de transmissão do saber. Como afirma Dealdina (2020), a memória oral é uma prática essencial nas comunidades tradicionais, pois perpetua identidades, narrativas e pertencimentos coletivos.

Eu ouvi dizer que foi tudo começado pelos nossos avô, que eles vieram fugido do sofrimento e fizeram essa casa de barro aqui. Foi assim que começou tudo (mulher 1, 2025). Minha mãe contava que eles trabalhava pra fazendeiro, mas depois foram ficando aqui e construíram a casinha. Era tudo mato antes, eles foi limpando e ficando (mulher 2, 2025).

As falas demonstram como a narrativa histórica da comunidade se articula com elementos de resistência, ancestralidade e fixação territorial, componentes fundamentais para a consolidação de um quilombo. O território, como lembra Haesbaert (2004), não é apenas espaço físico, mas espaço de pertencimento e de luta.

Ao serem questionadas sobre o que significa ser mulher quilombola atualmente, as entrevistadas revelaram sentimento de orgulho, mas também expressaram as dificuldades enfrentadas na vida cotidiana, refletindo sobre as sobreposições entre gênero, raça e classe social.

É ser guerreira, né? A gente cuida da casa, dos menino, trabalha na roça, vai pra igreja. A vida não é fácil não, mas a gente aguenta (mulher 3, 2025). Pra mim é orgulho ser quilombola, porque a gente tem nossa história. Só que tem hora que parece que ninguém vê a gente, nem governo, nem ninguém (mulher 2, 2025).

Esses relatos evidenciam a dupla dimensão do pertencimento quilombola: de um lado, a valorização simbólica da identidade; de outro, a denúncia da invisibilidade social e institucional. Segundo Dealdina (2020), as mulheres quilombolas protagonizam lutas cotidianas por reconhecimento, território e dignidade, mesmo quando suas vozes são marginalizadas nos espaços de poder.

As respostas sobre as práticas culturais revelaram o papel ativo das mulheres na preservação dos saberes tradicionais. As entrevistadas mencionaram atividades ligadas à culinária, ao cuidado com as plantas medicinais e à oralidade cotidiana — elementos centrais na manutenção da identidade quilombola. Como destaca Fiabani (2007), as práticas culturais nas comunidades remanescentes são formas de resistência e continuidade histórica diante das tentativas sistemáticas de apagamento cultural.

A gente faz muita coisa da roça: farinha, beiju, conserva... Eu aprendi com minha mãe e agora ensino pras neta (mulher 1, 2025). Tem uns remédio do mato que a gente ainda usa. Pra dor, gripe, picada de bicho. A gente sabe como fazer chá, xarope. Eu que cuido disso na família (mulher 3, 2025).

A religiosidade, o cuidado com a terra e a oralidade como forma de ensino aparecem como pilares dessa transmissão de saberes. A atuação das mulheres também foi apontada como essencial na organização da comunidade, seja na igreja, nas reuniões coletivas, ou no auxílio mútuo entre famílias. Uma das entrevistadas afirmou que “Quando tem coisa da igreja ou reunião, as mulher é quem junta o povo. A gente ajuda uma à outra, sempre foi assim aqui” (mulher 2, 2025). As falas demonstram que a presença feminina está fortemente ligada às estruturas que sustentam a coletividade, mesmo em meio a processos de marginalização. Como observa Dealdina (2020), nas comunidades quilombolas o território é também um espaço de construção das redes femininas de solidariedade e poder.

Ao tratar dos desafios enfrentados como mulheres negras e quilombolas, as entrevistadas relataram sentimentos de abandono e sobrecarga, principalmente pelo acúmulo de funções, ausência de políticas públicas e preconceito.

É difícil, moço. A gente faz tudo e ainda tem que aguentar ser chamada de preguiçosa. Mas a gente luta. Sempre lutou (mulher 3, 2025). Já fui maltratada por ser preta e por morar aqui. Tem gente que acha que quilombola é menos, mas a gente sabe quem é (mulher 1, 2025).

Esses relatos reafirmam a interseccionalidade da opressão vivida por essas mulheres, alinhando-se à análise de Pereira *et al.* (2022), ao destacar que as experiências das mulheres quilombolas são marcadas pela sororidade e pela dor compartilhada, mas também por estratégias coletivas de enfrentamento.

Quando questionadas sobre o interesse das novas gerações em manter as tradições e saberes da comunidade, as respostas foram cautelosas, revelando certa preocupação com o distanciamento cultural dos mais jovens. As mulheres reconheceram que o mundo moderno atrai os jovens, mas também demonstraram esperança na continuidade da cultura quilombola, desde que haja incentivo e valorização.

Os mais novo tão tudo indo embora ou ficam no celular. Eles não querem saber das coisa antiga, só quer cidade. Mas eu acho que se a escola ajudasse, podia melhorar (mulher 2, 2025). Tem uns que ainda escutam, que perguntam. Mas a maioria não quer saber. A gente tenta passar, mas precisa de ajuda pra manter a cultura viva (mulher 1, 2025).

A fala das entrevistadas aponta para uma tensão entre tradição e modernidade, reforçando a importância da mediação institucional — como a escola, a universidade e projetos de extensão — na valorização da cultura quilombola. Como afirmam Pires e Oliveira (2006), as sociabilidades negras são mantidas a partir de relações simbólicas, educativas e territoriais, mas demandam também apoio das políticas públicas para se fortalecerem.

Ao final das entrevistas, foi solicitado que cada mulher deixasse uma mensagem para as próximas gerações sobre a importância de preservar a cultura da comunidade. Os depoimentos foram marcados por sabedoria, afeto e resistência, reforçando o papel da oralidade como fonte de força coletiva e identidade.

Que eles não esqueça de onde veio. Que respeita os mais velho e aprenda com eles. Se perder a cultura, perde tudo (mulher 3, 2025). Eu queria que eles tivesse orgulho, igual eu tenho. Que continuasse com os festejo, com os saberes, com as nossa coisa (mulher 1, 2025).

Esses testemunhos traduzem o desejo de continuidade e pertencimento, revelando que a identidade quilombola é uma construção coletiva, histórica e afetiva. Fiabani (2005) afirma que a memória oral é essencial para a afirmação étnica e a luta política dos novos quilombos. Nesse sentido, as mulheres da Comunidade Malhadinha se afirmam como guardiãs da cultura e como elo vital entre passado, presente e futuro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender o papel das mulheres da Comunidade Quilombola Malhadinha na preservação da memória oral e na construção da identidade cultural local. A partir de uma abordagem qualitativa, foi possível evidenciar que essas mulheres exercem funções essenciais na continuidade dos saberes ancestrais, atuando como pilares da resistência cultural e da organização social do grupo.

As análises indicaram que a memória oral, transmitida principalmente pelas mulheres mais velhas, permanece como instrumento fundamental na valorização da história comunitária. Práticas cotidianas como a culinária tradicional, o uso de plantas medicinais, a religiosidade e os festejos locais constituem formas de manter viva a identidade quilombola, mesmo diante das pressões externas e das mudanças geracionais.

Também foi possível perceber que, embora desempenhem múltiplas funções na comunidade, as mulheres ainda enfrentam desafios estruturais como a invisibilidade social, a sobrecarga de responsabilidades e a ausência de políticas públicas efetivas. Apesar disso, elas seguem mobilizadas na luta pela valorização cultural, pelo fortalecimento do território e pela continuidade das tradições.

Conclui-se, portanto, que reconhecer a importância das mulheres quilombolas na preservação da memória e da cultura é também uma forma de fortalecer sua autonomia, visibilidade e protagonismo. Que este trabalho possa contribuir para o reconhecimento do saber dessas mulheres como parte legítima da produção do conhecimento e da história social brasileira.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Sociedade e Cultura**, v. 6, n. 2, 2003.

DEALDINA, S. S. **Mulheres quilombolas**: defendendo o território, combatendo o racismo e política. In S. S. Dealdina (Org.), *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas* (pp. 25-44). São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão**: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____, Adelmir. **O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo**: verdades e construções. XXIV Simpósio Nacional de História. 2007.

_____, Adelmir. **Os novos quilombos**: a luta pela terra e a afirmação étnica no Brasil [1988-2008]. Tese (Doutor em História) P.275. São Leopoldo - RS, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiteritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1995
- LIRA, Elizeu Ribeiro. Coisas da terra: os congos na festa de Carmo, alguns entendimentos iniciais. **Almanaque Cultural do Tocantins**, ano 02, 2000. nº 12, p. 22. SECUL, Palmas (TO), 2000. p.
- LIRA, Elizeu Ribeiro. ALMEIDA, Valdina Gomes. Aspectos étnico-culturais do grupo de congos da comunidade Açude no município de Santa Rosa - TO. **Revista Produção Acadêmica**, NURBA - Universidade Federal do Tocantins, vol. 1, n. 1. jun. 2015, 80-92. Online. Porto Nacional, 2015. Disponível em: Acesso em: 25 jan. 2019.
- LIRA, Elizeu Ribeiro. RIBEIRO NETO, Olegário Batista Neto. O Território e a Identidade: o caso da Comunidade Afrodescendente Mata Grande no Município de Monte do Carmo -TO. **Revista Produção Acadêmica**, NURBA - vol. 2, n. 2. dez. 2016, 36-56. Online. Porto Nacional, 2016. Disponível em: < <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/3121> > Acesso em: 25 jan. 2019.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- PIRES, A. L., OLIVEIRA, R. **Sociabilidades Negras**: Comunidades Remanescentes, Escravidão e Cultura. Belo Horizonte: Daliana Ltda. 2006.
- PESSOA, J. S. M. **A revanche camponesa**. Goiânia: UFG 1999.
- PEREIRA, A. S., ALLEGRETTI, M., & MAGALHÃES, L. Nós, mulheres quilombolas, sabemos a dor uma da outra: uma investigação sobre sororidade e ocupação. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, 30, 3318. 2022. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.cto-AO254033181>
- RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. Editora Ática, São Paulo, 1993.
- SANTOS, J. L. **O que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- Santos, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.